

FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

KAYRON FELIPE DE LIMA BARROS

**EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA DA LUDICIDADE PARA CRIANÇAS
AUTISTAS: UMA REVISÃO NARRATIVA**

MOSSORÓ – RN

2022

KAYRON FELIPE DE LIMA BARROS

**EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA DA LUDICIDADE PARA CRIANÇAS
AUTISTAS: UMA REVISÃO NARRATIVA**

Monografia apresentada à Faculdade de
Enfermagem Nova Esperança de Mossoró
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Educação Física.

Orientadora: Profa. Me. Lidiane Pinto de
Mendonça

MOSSORÓ – RN

2022

Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró/RN – FACENE/RN.
Catalogação da Publicação na Fonte. FACENE/RN – Biblioteca Sant'Ana.

B277e Barros, Kayron Felipe de Lima.

Educação física na perspectiva da ludicidade para crianças autistas: uma revisão narrativa / Kayron Felipe de Lima Barros. – Mossoró, 2022.

24 f.

Orientadora: Profa. Ma. Lidiane Pinto de Mendonça.
Monografia (Graduação em Educação Física) –
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró.

1. Educação Física. 2. Autismo. 3. Inclusão. I. Mendonça, Lidiane Pinto de. II. Título.

CDU 796:616.89-008

KAYRON FELIPE DE LIMA BARROS

Monografia apresentada à Faculdade Nova
Esperança de Mossoró – FACENE/RN – como
requisito obrigatório para obtenção do título de
Bacharel em Educação Física.

Orientadora: Profa. Me. Lidiane Pinto de
Mendonça

Aprovado em: 14/06/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Me. Lidiane Pinto de Mendonça – Presidente e Orientador
Faculdade Nova Esperança de Mossoró

Prof. Esp. Alberto Assis Magalhães
Faculdade Nova Esperança de Mossoró

Prof. Esp. Wandeclebson Ferreira Júnior
Faculdade Nova Esperança de Mossoró

RESUMO

Atualmente o debate acerca da inclusão de pessoas com necessidades especiais vem ganhando cada vez mais força, e o debate sobre o princípio da inclusão escolar no Brasil é hoje um fenômeno. Nesse sentido, a educação física como é uma grande aliada no processo de inclusão de crianças com autismo, pois através de atividades lúdicas a criança melhora consideravelmente sua capacidade de comunicação e interação social. Nesse sentido, objetivou-se discorrer acerca da educação física na perspectiva da ludicidade para crianças autistas através de uma revisão narrativa. Para isso, realizou-se uma revisão narrativa de literatura (RNL), utilizando bases de dados como: PubMed, Scielo, Medline e Lilacs. Diante das evidências relatadas neste trabalho, foi possível verificar que crianças com TEA apresentam maiores dificuldades quanto a motricidade global, devido ao fato de terem o nível de desenvolvimento motor bastante comprometido, apresentando movimentos pobres, lentos e dificilmente tem iniciativa motora, apresentando muitas dificuldades em equilibrar-se e repetir gestos. Os artigos indicaram a utilização de jogos, atividades de psicomotricidade, práticas esportivas, dinâmicas pedagógicas, atividades aquáticas, gincanas, exercícios de fortalecimento muscular, exercícios de equilíbrio, práticas motoras com trampolins e atividades ao ar livre. Pode ser observado que prática de atividade física, quando elaborada de forma específica, além de poder auxiliar num desenvolvimento motor mais adequado, proporcionou mais oportunidades de socialização, melhor foco de atenção e melhor performance motora aos indivíduos participantes de cada pesquisa. Apesar disso, aconselha-se que mais estudos sejam realizados com o intuito de promover a formulação de programas e intervenções que integrem o exercício físico ao cotidiano de crianças e jovens com autismo.

Palavras-chaves: Educação Física, Autismo e Inclusão.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	7
2.1	JOGOS E BRINCADEIRAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA A CRIANÇA	7
2.2	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	8
2.3	EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS AUTISTAS	10
2.3.1	Educação Física na Perspectiva de Inclusão de Crianças Autistas.....	11
3	METODOLOGIA.....	13
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
4.1	CRIANÇAS E A PSICOMOTRICIDADE.....	14
4.2	LUDICIDADE PARA CRIANÇAS	15
4.3	ASPECTOS DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	16
4.4	BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO AUTISMO	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
	REFERÊNCIAS.....	21

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é um dos temas mais discutidos e estudados no âmbito social, visto a necessidade de garantir uma sociedade que promova prevenção, promoção e proteção à saúde de todos os indivíduos independente da sua condição física ou mental, garantindo assim, igualdade efetiva. Nesse sentido, a educação física se mostra essencial no processo de desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança, visando à sua melhor integração individual e social (SAVAL, 2018).

A educação física, tem um papel de grande importância na educação infantil, pois ela proporciona a criança um vasto conhecimento, possibilitando que ao decorrer de sua vida, esta tenha uma melhor qualidade de vida (SILVA, 2019). Dessa forma, é essencial que o sistema educacional brasileiro valorize a educação física assim como as demais disciplinas do currículo base, visto que igual a estas, a educação física proporciona diversas experiências por meio de suas vivências como esportes, jogos e brincadeiras que estimulam tanto o corpo quanto a mente da criança, mesmo que essas tenham diferentes condições, como é o caso do autismo (SILVA; ORLANDO, 2019).

O autismo em seu conceito mais amplo começou a ser discutido inicialmente por Leo Kanner, em 1993, no qual, esse publicou um artigo sobre o autismo como um distúrbio do contato afetivo (*Autistic disturbances of affective contact*), nessa primeira discussão Kanner, afirma que o principal e mais importante sintoma no autismo seria o isolamento social que estaria, segundo ele, presente na vida da criança desde o início da vida, ou seja, se trataria de um distúrbio inato (RICCO, 2017).

Atualmente o debate acerca da inclusão de pessoas com necessidades especiais vem ganhando cada vez mais força, e o debate sobre o princípio da inclusão escolar no Brasil é hoje um fenômeno da retórica, como foi a integração escolar nos últimos trinta anos. Sendo assim, a luta do passado garantiu que este importante tema estivesse em pauta para garantir cada vez mais um acesso educacional adequado a essas crianças. Nesse sentido, surge a educação física como uma grande aliada no processo de inclusão de crianças com autismo, pois através de atividades lúdicas (jogos e brincadeiras) a criança melhora consideravelmente sua capacidade de comunicação e interação social (SAVAL; DIAS, 2018).

Visando a importância da inclusão de crianças com autismo, pesquisas são necessárias para conhecer quais são as características do autismo e compreender como ocorre o processo de inclusão e desenvolvimento desta criança, levando em consideração a educação física como um pilar de sustentação para garantir a qualidade de vida dessa criança. Nesse sentido, o

objetivo desta pesquisa foi discorrer acerca da educação física na perspectiva da ludicidade para crianças autistas através de uma revisão narrativa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 JOGOS E BRINCADEIRAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA A CRIANÇA

O lúdico é visto com diferentes olhares pelos pesquisadores, cada um com seu ponto de vista, sendo que em sua maioria as ideias chegam a um ponto comum de que as atividades lúdicas devem ser inseridas nas práticas educativas, por contemplarem o desenvolvimento da criança em diversos aspectos: social, cultural e emocional (BAPTISTA, 2006).

De acordo com Lopes (2005), o jogo para criança é o exercício e a preparação para a vida adulta. A criança aprende brincando, é o exercício que faz desenvolver sua potencialidade, sendo assim, o lúdico assume um papel importante no desenvolvimento social, cognitivo, afetivo e cultural da criança. Como citado pelo autor, a criança, por meio da experimentação aprende muito, uma vez ela não só registra fatos na sua memória, como também, busca recriá-los com sua visão. Nesse sentido, a brincadeira se torna fundamental para que a criança desenvolva sua capacidade de interação e esteja sempre disposta a aprender e criar.

A criança aprende de várias maneiras, e é através do lúdico que ela também se desenvolve. O brincar é garantido pela legislação brasileira como um direito das crianças, assim como previsto no Referencial Curricular Nacional que aponta o brincar com uma possibilidade para a criança se expressar de forma particular, para que possa construir o pensamento, interagir e se comunicar com outras crianças, sendo, portanto, imprescindível para o seu desenvolvimento (FIORINI, 2019).

Pela visão de Chiote (2019), a atividade de brincar é livre na criança, no entanto, não podemos considerá-la como uma atividade natural. O que leva a criança a brincar são construções culturais, de acordo com as necessidades e motivações recebidas pelo meio o qual está inserida, podendo sofrer mudanças ao longo do desenvolvimento infantil. Dessa forma, o que se diz respeito a ludicidade, o ambiente em que a criança está inserida é de fundamental importância para o seu desenvolvimento.

Existem diversos fatores que podem interferir negativamente ou positivamente a ludicidade das crianças, incluindo autistas. Entre eles, destacam-se aspectos ambientais, econômicos, sociais, afetivos, psicológicos, emocionais e familiares. Entretanto, de acordo com a mesma autora, o fator socioeconômico é o principal, visto que as escolas e centros de recreação recebem poucos recursos para organização e prática de atividades lúdicas, principalmente jogos e brincadeiras que envolvam necessidade de instrumentos específicos (BAPTISTA, 2006).

Salomão e Martini (2011) ressaltam sobre as vantagens dos jogos e brincadeiras para crianças autistas. Nesse caso, no processo de ensino e aprendizagem os jogos e brincadeiras lúdicas têm um importante papel no desenvolvimento social, cultural e pessoal das crianças, colaborando para que essas construam um processo de conhecimento, socialização e comunicação, fazendo com que tenham uma aprendizagem espontânea e natural, estimulando sua criatividade. Os autores ainda ressaltam que é com o jogo que a criança pode desenvolver fatores intelectuais, aprendendo a construir informações e conhecimentos. Trabalhar os jogos em sala de aula transforma a linguagem socializada em um importante instrumento do pensamento.

2.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Segundo Chiote (2019), as primeiras publicações que descreveram de forma sistematizada sobre autismo e seus devidos sintomas, foram dados por Leo Kanner, em 1943, e Hans Asperger em 1944 no artigo Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo, na Revista *Nervous Children*, nessa primeira publicação, Kanner (1943) resalta que o sintoma fundamental, “o isolamento autísticos”, estava presente na criança desde o início da vida sugerindo que se tratava então de um distúrbio inato.

As causas do autismo ainda são desconhecidas, mas a pesquisa na área é cada vez mais intensa. Provavelmente, há uma combinação de fatores que levam ao autismo. Sabe-se que a genética e agentes externos desempenham um papel chave nas causas do transtorno (CHIOTE, 2019). Segundo Chiote (2019), até o momento não existem causas específicas para o autismo, tendo uma interpretação pelos diversos campos de investigação.

A criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) apresenta comprometimentos na comunicação e na sua funcionalidade e na interação social, desta forma, esses aspectos consequentemente interferem na sua participação em contextos sociais. O TEA começa na infância e tende a persistir na adolescência e na idade adulta. Na maioria dos casos, as condições são aparentes durante os primeiros cinco anos de vida. O TEA reúne desordens do desenvolvimento neurológico presentes desde o nascimento ou começo da infância, como o Autismo Infantil precoce, Autismo Infantil, autismo de Kanner, Autismo de alto funcionamento, Autismo Atípico, Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação, Transtorno Desintegrativo da Infância e a Síndrome de Asperger (CUNHA, 2016).

Conforme o DSM-5, pessoas dentro do espectro pode apresentar déficit na comunicação social ou interação social como na linguagem verbal e não verbal e na reciprocidade socioemocional e padrões restritos e repetitivos de comportamento, como movimentos contínuos, interesses fixos e hipo ou hipersensibilidade e estímulos sensoriais. Todos os pacientes com autismo partilham estas dificuldades, mas cada um deles será afetado em intensidades diferentes, resultando em situações bem particulares.

Temple Grandin (2015) cita que as dificuldades sensoriais, são vistas como as principais geradoras dos comprometimentos sociais e de comunicação do autismo. A autora enfatiza que o que deve ser visto é a questão de qual o grau o sentido sensorial se encontra, e não de ver a questão de ter ou não problemas sensoriais. Ainda conforme a autora estima-se que cerca de nove em dez pessoas com autismo apresenta problemas sensoriais.

Conforme Mota (2020), o indivíduo com Transtorno do Espectro Autista (TEA) poderá apresentar modos de interações sociais peculiares, formas diferenciadas de aprendizagem, hiper foco em assuntos específicos, interesse por rotinas fixas, dificuldades em modos típicos de comunicação e processamento de informações sensoriais com acentuadas singularidades (DSM-V, 2013).

Segundo Brites (2019), além dos níveis do transtorno, o TEA pode se dividir em dois sinais que são os principais e os secundários. Os sinais principais são as dificuldades de interação social e da comunicação, é quando a criança tem dificuldades de expressar suas necessidades, de interagir com o meio social e demonstram seus sentimentos por meio de movimentos repetitivos. Já os sinais secundários se dão por meio da sensibilidade que a criança tem pelos sentidos: auditivo (não gostam de barulhos excessivos), gustativo (ficam incomodados com as texturas de certos alimentos), táteis (possuem sensibilidade ao toque), olfativos (sensíveis a determinados cheiros causando enjojo) e visuais (possuem pouco ou nenhum contato visual). E de acordo com os níveis do transtorno elas têm preferência por algum objeto ou brinquedo e atrasos no desenvolvimento motor e da fala, no entanto, esses sintomas variam.

De acordo com Santos (2015), evidências científicas disponíveis, sugerem que provavelmente há muitos fatores que tornam uma criança mais propensa a ter um TEA, incluindo os ambientais e genéticos. A tendência atual é admitir a existência de múltiplas causas para o autismo, entre eles, fatores genéticos, biológicos e ambientais. No entanto, saber como o cérebro dessas pessoas funciona ainda é um mistério para ciência. O autor continua abordando que nem todas as alterações conhecidas estão presentes em todos aqueles que são diagnosticados.

A Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), essa destina em seu Art. 1º que é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social.

Conforme Silva (2019), as leis favorecem, numa sociedade pouco inclusiva, benefícios àqueles que estão à margem do processo educacional, por sua condição de deficiência. Vale lembrar que a Organização das Nações Unidas (ONU- 1948) proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, é sabido que o documento referenciado é inspirador das demais legislações de diversos países, entre eles o Brasil, membro da ONU. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Artigo I assegura que todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos.

No entanto, muitas vezes tais direitos não são amplos, pois foi através de falta de recursos e assistência, que no Brasil algumas pessoas, inclusive pais, buscaram através de grupos organizados em busca de assistência. O primeiro grupo organizado de pais a surgir no Brasil foi o da Associação dos Amigos dos Autistas de São Paulo, a AMA-SP, em 1983. O objetivo básico era fomentar a busca de conhecimento e troca de experiências sobre o autismo, em um período anterior à criação do SUS, no qual o Estado brasileiro não provia nenhuma estratégia para o acolhimento de crianças e adolescentes com sofrimento mental, tal como o autismo. Este fato levou a AMA-SP a desenvolver suas próprias frentes assistenciais e a buscar conhecimento, por meio de intercâmbios com instituições estrangeiras (MOTA, 2020).

2.3 EDUCAÇÃO FÍSICA E CRIANÇAS AUTISTAS

A educação física deve promover estímulos para as crianças autistas que auxiliem nas suas vivências diárias e em seus cuidados próprios como ir ao banheiro e comer sozinho, para que sua autonomia seja alcançada e seu convívio social e familiar seja satisfatório para ambas as partes. Nas atividades trabalhadas em sala de aula, o profissional de educação física deve promover ações que envolvam forma, tamanhos, texturas, cores, além de atividades que potencializem a escrita e organização de objetos para que sejam gerados e aprendidos estímulos novos pela criança (NILSSON, 2003).

O movimento se constitui como uma das primeiras formas de linguagem manifestadas no desenvolvimento, promovendo expressão, conhecimento do próprio corpo e interação com o mundo ao redor. Para Cebalos e colaboradores (2011), é na primeira idade que ocorre as mudanças mais significativas.

Segundo Scheuer (2002), os sujeitos com autismo não exploram o ambiente que estão inseridos, apesar de suas funções motores, na maioria dos casos, estarem preservadas. Por isso, a educação física se constitui como um importante meio para estabelecer uma relação entre a criança e o ambiente ao redor, auxiliando para que este seja explorado ao máximo.

A prática da educação física repercute de forma positiva para as crianças autistas, pois valoriza a consciência sobre o próprio corpo. Ela está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais presentes na educação básica e propicia a criação de um espaço voltado a desenvolver habilidades físicas e sociais, sendo a educação física uma das melhores formas para interação e aquisição de habilidades psicomotoras (ZUNINO, 2008).

De acordo com Meur e Staes (1984), o desenvolvimento mental se constrói a partir da atividade física. Os autores defendem que a capacidade intelectual e afetiva não pode ser separada das funções motoras. A partir disso, eles reconhecem que a psicomotricidade auxilia efetivamente na aquisição de aprendizagens, devendo o profissional ter uma abordagem global da criança autista (GONÇALVES, 2010).

Podem ser desenvolvidas práticas como natação, bicicleta, atividades em circuitos, utilização de música, entre outros. O local em que é realizada essa atividade requer cuidado de escolha por parte do profissional de educação física, visto que locais com muitos estímulos sonoros e visuais distraem a crianças autista e fazem perde-la o interesse pela atividade (LABLANCA, 2000).

O profissional da educação física deve servir como um facilitador para os alunos, funcionando como um elo entre a criança autista e o mundo. Além de se obter uma melhor condição física com suas práticas, há também uma melhora significativa das habilidades sociais, diminuição da hiperatividade e agressividade e melhora na concentração (ZUZINO, 2008).

2.3.1 Educação Física na Perspectiva de Inclusão de Crianças Autistas

A educação oferecida as crianças devem ser de qualidade, valorizando as capacidades individuais de cada aluno e criando um espaço onde elas possam desenvolver suas capacidades físicas e mentais respeitando as condições de cada um. Quando se fala em inclusão, é preciso de ações que envolvam a todos, portadores de deficiências e transtornos ou não (SILVA, 2011).

Para Lenz, Mayer e Burgos (2010), a inclusão é o processo pelo qual permite que os indivíduos, principalmente aqueles que possuem algum tipo de necessidade especial, assumam o papel de cidadão, sendo incluídos perante a sociedade. No que se refere a educação inclusiva,

essa deve abrigar a todos, independentemente de sua diferença, para que todos possam progredir.

No contexto da educação física, o ato de inclusão vai além do desenvolvimento e programação de atividades físicas. O profissional de educação física tem um importante papel no que diz respeito a aprendizagem e a inclusão de crianças autistas, propiciando para que estas tenham acesso pleno ao seu papel de cidadão (BRASIL, 1997).

A educação física escolar pautada na perspectiva de inclusão de crianças autistas promove diversos benefícios tanto para as crianças com TEA quanto para as outras crianças que aprendem sobre as diferenças existentes, respeitando-as e respeitando seus limites para que haja uma boa convivência em sociedade (LENZ, MAYER E BURGOS, 2010).

Ao incluir as crianças com autismo nas atividades da educação física, sempre adequadas às suas condições individuais, permite-se que ela crie uma maior autonomia, explorando seu potencial educativo, além de aumentar sua autoestima e melhorar sua visão de si mesma (GORGATTI, 2005).

A educação física nas escolas é um meio de interação social que se mostra fundamental para a formação das crianças com autismo. Dessa forma, a inclusão de crianças com deficiências ou necessidades especiais proporciona um ambiente diversificado, sendo o profissional de educação física responsável por se adequar aos diversos tipos de necessidades (BAPTISTA, 2006). De acordo com Felipe e Judith (2010), a educação física escolar se torna importante na medida em que contribui para o desenvolvimento integral de seus alunos. As atividades realizadas, muitas vezes de forma lúdica, auxiliam na formação motora, afetiva, cognitiva e social.

O desenvolvimento das atividades deve abranger atividades adaptadas visando não excluir crianças autistas das aulas, que é o que acontece com frequência nas escolas com o pretexto de estar preservando o aluno, sendo nada mais que é uma forma de exclusão (FERNANDES, 2015). Assim, o profissional de educação física deve integrar todos os alunos, com ou sem necessidades especiais, auxiliando-os na adaptação das normas disciplinares. Ao excluir os alunos com autismo das aulas, faz que com se instale neles um sentimento de serem diferentes e inferiores aos seus colegas (APARECIDA, SALETE, 2008).

3 METODOLOGIA

Conforme Gil (2008, p. 26) a pesquisa pode ser definida como “[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Nesse sentido, a pesquisa científica está presente em todos os campos do aprendizado, principalmente no que se diz respeito aos cursos de graduação e pós-graduação.

Para o desenvolvimento do referido trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para melhor embasamento científico, e para discutir e analisar os futuros resultados da pesquisa. Quanto aos procedimentos técnicos, GIL (2008) afirma que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Nesse sentido, trata-se de uma revisão narrativa de literatura (RNL), que possui caráter amplo e se propõe a descrever o desenvolvimento de determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual, mediante análise e interpretação da produção científica existente. Essa síntese de conhecimentos a partir da descrição de temas abrangentes favorece a identificação de lacunas de conhecimento para subsidiar a realização de novas pesquisas. Ademais, sua operacionalização pode se dar de forma sistematizada com rigor metodológico, buscando desenvolver assim uma pesquisa de cunho qualitativo (BRUM *et al.*, 2015).

Todos os artigos foram selecionados a partir de bases de dados como: PubMed, Scielo, Medline e Lilacs, com base nos descritores: Educação Física, Autismo e Inclusão, realizado através de uma metodologia de pesquisa com embasamento teórico por intermédio bibliográfico de artigos científicos do período de 2010 a 2022. Os critérios de inclusão foram artigos clínicos, revisões bibliográficas ou revisões sistemáticas e estudos retrospectivos e observacionais, publicados em língua portuguesa ou inglesa. Foram excluídos estudos publicados em anais de evento e fora do período e língua estabelecidos.

A seleção dos artigos se deu em três etapas: 1ª Etapa: leitura dos títulos; 2ª Etapa: leitura dos resumos; 3ª Etapa: leitura na íntegra. Logo após a inclusão de outros estudos contidos nas referências dos artigos selecionados anteriormente e, cujo padrões de inclusão deveriam ser obedecidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CRIANÇAS E A PSICOMOTRICIDADE

A psicomotricidade é uma ciência que envolve o desenvolvimento integrado de habilidades motoras associado aos aspectos emocionais e cognitivos, com a finalidade de melhorar e lapidar as expressões coordenadas dos movimentos do indivíduo durante uma atividade ou uma tarefa sequencial (NOGUEIRA, 2017).

A psicomotricidade necessita de intervenções que prezam por uma boa estruturação hierárquica de requisitos funcionais e pela participação global das funções cerebrais. Nesse sentido, a abordagem psicomotora pode ser uma forma de manejo muito interessante em crianças com Autismo, pois seu direcionamento vem de encontro às necessidades destas, as quais têm características evidentes de desestruturação sensorial, motora, na linguagem e na capacidade de perceber ambientes sociais, contextuais e correlacionar com a linguagem verbal ou não-verbal (LENZ, MAYER E BURGOS, 2010).

A falta de controle pela criança de seus impulsos, limites sociais, percepção de espaço de acordo com o contexto e com as demandas de terceiros, fazem com que as formas de se expressar pelo corpo fiquem muito prejudicadas e desorganizadas. O controle de seus movimentos depende de noção espacial, sensibilidade, interação com o meio e com o outro, sendo exatamente a capacidade de integrar estes elementos que define a eficácia de uma ação organizada e a expressão de um desejo positivo ou negativo durante a interação com os demais a sua volta (MOTA, 2020).

A psicomotricidade permite que a criança possa adquirir o que lhe é mais caro e deficitário: apropriar-se de sua imagem e esquema corporal e da consciência de seu corpo dentro de um ambiente ou de um contexto. Para tal objetivo, é importante que se trabalhe com por meio de estratégias que a faça se autoperceber e se inter-relacionar com os limites do meio. Atividades como rolar, pular, tocar, mudando de lado ou de posição (frente/atrás) fazem com que ela consiga, aos poucos, perceber os limites entre seu interno e seu externo. Deve-se, a todo momento, manter o contato visual e ajudar a seguir comandos com mudança de tonalidade de voz, a fim de desenvolver a capacidade de agir, com finalidade de iniciar e terminar processos. É comum estes conhecimentos estarem associados aos métodos de integração sensorial, pois existem muitas intersecções e estratégias em comum entre ambos (BRITES, 2019).

Em relação às evidências científicas, ainda carecem trabalhos que comprovam a eficácia da psicomotricidade, mas clínicos e profissionais experientes vêm ressaltando seu papel na intervenção e remediação de alguns déficits muito comuns no Autismo, especialmente no que tange à coordenação motora e problemas sensoriais (LOPES, 2016).

O envolvimento da família nestas atividades é fundamental e a mesma pode ser orientada a manter tais atividades em ambiente doméstico. Os cuidadores devem ser instruídos e orientados a entender os objetivos das intervenções e estimulados a ampliar a gama de estratégias nos mais diversos contextos. É salutar que o tratamento psicomotor seja conduzido dentro de uma abordagem interdisciplinar e associado a outras formas de intervenção, pois o desenvolvimento da linguagem, o tratamento de comorbidades e o suporte escolar acrescentam e auxiliam muito a generalizar os resultados do tratamento (CUNHA, 2015).

4.2 LUDICIDADE PARA CRIANÇAS

A palavra Lúdico está relacionada às atividades, jogos, brincadeiras que proporcionam momentos divertidos para as pessoas. Muitos estudos, projetos, livros foram elaborados, e assim, comprovou-se que as atividades lúdicas devem estar presentes na educação da criança porque facilitam na criação de ideias e de pensamentos (BATISTA, 2016).

O lúdico quando presente no processo educacional da criança contribui de maneira prazerosa e mais eficaz para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades motoras e do conhecimento da pessoa. As brincadeiras, jogos e brinquedos quando presentes no cotidiano da criança faz com que a aprendizagem seja mais descontraída e eficiente, contribuindo para desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades físicas, intelectuais e morais do indivíduo. É no brincar que a criança conhece e coloca em prática seus pontos positivos, além de aprender a considerar as diferenças que existem de uma pessoa para outra (CUNHA, 2017).

Segundo Brites (2019), estudos de uma maneira geral apontam que a ludicidade deve estar presente na vida de qualquer pessoa. Ela não deve ser considerada apenas uma forma de divertimento, pois proporciona ao indivíduo uma facilidade maior em aprender, assim como, a construção do conhecimento e o desenvolvimento na comunicação.

É através da brincadeira que a criança irá perceber as habilidades que possui e desenvolverá outras, procurando também interagir com outras crianças. Para isso, o brincar deve ser livre, natural, sem regras, pois é dessa forma que a criança irá perceber suas emoções, conhecer seus desejos e criar sua própria realidade. Nas brincadeiras as crianças interagem entre

si de maneira espontânea, tornando possível vivenciar novas experiências, reconhecendo erros e acertos próprios, planejando novas atitudes a serem tomadas (NEGUEIRA, 2017).

4.3 ASPECTOS DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

De acordo com a organização mundial da saúde (OMS) existem cerca de 170 milhões de pessoas com autismo no mundo, sendo 10 milhões apenas no Brasil. Autismo é um conceito novo e por ainda não ter uma causa específica definida, é chamado de Síndrome (conjunto de sintomas), e como em qualquer síndrome o grau de comprometimento pode variar do mais severo ao mais brando e atinge todas as classes sociais, em todo o mundo. Em 1943, o psiquiatra Leo Kanner, publicou um artigo no qual descrevia uma síndrome “rara” caracterizada por uma série de sintomas, a qual chamou autismo. Nessa época o diagnóstico se baseava no que até hoje consideramos os três pilares do autismo: deficiência no desenvolvimento da linguagem, interação social pobre e interesses e movimentos repetitivos (NOGUEIRA, 2017).

Em 1944, Hans Asperger, um médico também austríaco, escreve outro artigo com o título Psicopatologia Autística da Infância, descrevendo crianças bastante semelhantes descritas por Kanner. Atribui-se tanto a Kanner como a Asperger a identificação do autismo, sendo que por vezes encontramos seus estudos associados a distúrbios ligeiramente diferentes. Já segundo Melo (2017), o autismo pode ser caracterizado como uma síndrome englobando alterações desde idades muito precoces, antes dos três anos de idade. Pode ser caracterizada por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação.

Para Suplino (2016), o autismo é um problema neurobiológico que se manifesta normalmente em crianças antes dos dois anos e meio de idade e quanto à prevalência é mais comum em meninos que em meninas. As crianças se mostram aparentemente indiferentes ou, até mesmo, avessas a demonstrações de afeto e ao contato físico, embora às vezes surja mais tarde uma ligação mais estreita com pais ou certos adultos. O desenvolvimento da fala nessas crianças é lento e anormal, senão ausente, caracterizando-se pela repetição daquilo que é dito por terceiros ou pela substituição das palavras por sons.

O autismo é um transtorno invasivo do desenvolvimento (TID), diagnóstico totalmente diferenciado de um quadro psicótico, passou a classificar esta condição com uma síndrome e referir-se à mesma como Autismo Infantil Precoce, ela apresenta as principais dificuldades de contato com pessoa, desejo obsessivo de manter as situações sem alterações ligação especial com objetos (SUPLINO, 2016).

De acordo com Nogueira (2017), a maioria dos autistas tem a aparência física de uma criança com condições normais, no entanto, o comportamento é diferente. Reconhecer o autismo é difícil até para médicos, pois ele não é uma doença. A psiquiatria moderna o define como um distúrbio do desenvolvimento.

Melo (2017), apresenta alguns sintomas que são fundamentais para identificar uma criança com autismo, entre eles destacam-se: usa as pessoas como ferramenta, resiste à mudança de rotina, não se mistura com outras crianças, não mantém contato visual, age como se fosse surdo, resiste ao aprendizado, apresenta apego não apropriado a objetos, não demonstra medo de perigos, gira objetos de maneira bizarra e peculiar, apresenta risos e movimentos não apropriados, resiste ao contato físico, acentuada hiperatividade física, às vezes é agressivo e destrutivo, apresenta modo e comportamento indiferente e é arredio.

As atividades físicas lúdicas devem considerar as limitações individuais de cada um e o profissional deve estar atento a considera-las e estudar a melhor atividade a propor de forma individual, mas que englobe desenvolvimento, autoestima, autoimagem, interação de grupos, estimular a independência, se superar e superar qualquer frustração que venha sentir em não conseguir desenvolver alguma atividade (GONÇALVES, 2017).

4.4 BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO AUTISMO

O objeto de estudo da Educação física é o ser humano, que além de fisiológico, é emocional, cognitivo e social. Por isso, a Educação Física se utiliza de outras ciências para observar e estudar todas as dimensões do homem, principalmente em sua infância. Ela exerce potencialidades, desenvolve funções mentais, coordenação motora, criatividade, livre expressão e sociabilidade (FELLIPE, 2020).

Atualmente o autismo vem sendo bem mais divulgado, o número de casos diagnosticados vem crescendo e acontecendo em idades cada vez mais precoces, porém ele ainda surpreende, devido à diversidade de sintomas que pode apresentar. A criança apresenta falta de reação a sons e dor, incapacidade de reconhecer situação de perigo, dificuldade de se relacionar, problemas de linguagem e alterações de comportamento. Geralmente a criança autista apresenta aparência normal e ao mesmo tempo um perfil de desenvolvimento irregular (GONÇALVES, 2017).

Geralmente indivíduos com autismo não sentem interesse em executar atividades físicas, apresentando assim uma inaptidão para participar de brincadeiras em grupo ou para estabelecer relações de amizade ocasionada muitas vezes pela falta de interação social e ao

meio em que vivem. Por outro lado, é possível que depois do crescimento estes indivíduos melhorem suas capacidades de relação interpessoal, no entanto permanecem superficiais. Não sabendo se estas podem ser consideradas espontâneas ou adquiridas no decorrer do seu desenvolvimento (CUNHO, 2018).

Dependendo da escola ou grupo que a criança esteja inserida, podem-se aplicar diferentes abordagens individualizadas, tendo em mente que os resultados poderão variar de acordo com cada criança. Lembrando que a diagnose é necessária ao construir plano de ensino para uma turma, pois apenas conhecendo o público a ser trabalhado é que podemos planejar as ações que serão aplicadas, onde estas serão avaliadas e reavaliadas em um determinado período. Basicamente até então nenhuma abordagem terapêutica utilizada tem supremacia sobre a outra.

Uma vez que o exercício físico apresenta grandes benefícios para pessoas com incapacidades, podendo representar uma mais-valia no tratamento de diferentes patologias. A utilização de atividades físicas focadas na lucidez em crianças com TEA tem vindo a ser realizada e estudada. Bezerra (2016) e Cunha (2018) referem precisamente, a importância do exercício físico em pessoas com TEA traduzindo uma série considerável de benefícios. Assim sendo e de modo a sustentar a importância do exercício físico em crianças com TEA.

Mais da metade de crianças com autismo apresentam sobrepeso. Essa situação pode as colocar em risco com vários problemas de saúde, incluindo doenças cardiovasculares diabetes, problemas ósseos e articulares e até mesmo a depressão ou ansiedade (DAWSON e ROSANOFF, 2019). Devido a isso, as crianças e jovens autistas podem se beneficiar das práticas esportivas e da atividade física lúdicas nas dimensões do aprendizado sensoriomotor, da comunicação e da socialização, além de serem fatores decisivos para o sucesso dos processos de aprendizagem dado a melhoria da motivação e da autoconfiança (LOPES, 2016).

O uso da Educação Física no ensino da criança com TEA ajuda no desenvolvimento de suas habilidades sociais e na melhoria de sua qualidade de vida (HOFFMAN, 2018). Desta forma, a Educação Física como componente curricular com base em atividades motoras e pedagógicas, torna-se um meio de promoção da aprendizagem da “criança com deficiência”, inclusive as crianças e os adolescentes autistas, favorecendo o desempenho educacional e motor da criança, relacionando-se com a área psicopedagógica no processo de ensino-aprendizagem delas, provocando, assim, uma modificabilidade no desenvolvimento cognitivo. Com isso, a relação da Educação Física com as áreas educacionais e psicopedagógicas no processo de ensino-aprendizagem de crianças com deficiência tem totais condições de favorecer o desenvolvimento cognitivo das mesmas (BEZERRA, 2016).

Sendo assim, a Educação Física tem o objetivo de contribuir na aprendizagem, na socialização, despertar o interesse em realizar as atividades, favorecendo o desempenho educacional dos autistas. É importante ressaltar que cada criança e adolescente autista têm a sua individualidade e o profissional de Educação Física deve treinar as habilidades inicialmente em atividades individuais seguido de atividades coletivas. A prática de atividades física faz bem para todas as pessoas, de qualquer idade ou sexo, respeitando o limite de cada um. Para crianças autistas, a atividade física proporciona alguns benefícios, como a reação de algumas formas de comportamento problemático, como estereotipia, autolesão e agressão (MORRISON, ROSCOE; ATWELL, 2018).

Exercícios físicos propiciam resultados positivos nas funções cognitivas e motoras, além de social e pessoal, reduzindo o perfil estereotipado e melhorando a qualidade de vida de crianças com autismo. Astorino e colaboradores (2018) demonstraram que o efeito de um programa de intervenção psicomotora é benéfico para a melhoria do esquema corporal, orientação espacial e equilíbrio. Lourenço e colaboradores (2015), também observaram melhora no equilíbrio e no desenvolvimento motor. Galvão (2016) observou que a prática de exercícios terapêutica, três vezes na semana, também era capaz de melhorar a capacidade aeróbica submáxima. Cunha (2015) observou que, além da melhora no equilíbrio, houve também melhora na coordenação, esquema corporal e funções motoras com a prática da equitação, demonstrando assim, que diferentes modalidades de esportes e exercícios físicos propiciam benefícios ao autista, no que tange ao controle motor.

Avaliando os efeitos positivos da aplicação de exercícios que trabalham força de membros superiores, força de membros inferiores e coordenação, Batista (2016) mostrou uma melhora significativa na saúde metabólica de crianças autistas, tais como diminuição nos níveis de LDL (Low Density Lipoproteins) e do colesterol total e o aumento dos níveis de HDL (High Density Lipoproteins), além de demonstrarem uma melhora nos traços autistas e de acordo com relato dos pais, uma qualidade maior de saúde física.

Apesar de poucos estudos que abordam a prática regular de exercício físico em autistas, é notório que prática de exercício físico, ou seja, toda atividade física planejada, estruturada e repetitiva cujo objetivo é a melhoria e a manutenção de um ou mais componentes da aptidão física (BRITES, 2019) é de suma importância para a formação global do indivíduo e propicia inúmeros benefícios aos autistas, no que tange ao comportamento e controle corporal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das evidências relatadas neste trabalho, verificou-se que crianças com TEA apresentam maiores dificuldades quanto a motricidade global, devido ao fato de terem o nível de desenvolvimento motor bastante comprometido, apresentando movimentos pobres, lentos e dificilmente tem iniciativa motora, apresentando muitas dificuldades em equilibrar-se e repetir gestos. Deste modo, raramente participam de jogos cooperativos, quase não demonstram emoção ou empatia com outras pessoas.

A prática de atividade física, quando elaborada de forma específica, além de poder auxiliar num desenvolvimento motor mais adequado, proporciona mais oportunidades de socialização, melhor foco de atenção e melhor performance motora aos indivíduos. Observou-se que os artigos indicaram a utilização de jogos, atividades de psicomotricidade, práticas esportivas, dinâmicas pedagógicas, atividades aquáticas, gincanas, exercícios de fortalecimento muscular, exercícios de equilíbrio, práticas motoras com trampolins e atividades ao ar livre.

Diante disso, aconselha-se que mais estudos sejam realizados com o intuito de promover a formulação de programas e intervenções que integrem o exercício físico ao cotidiano de crianças e jovens com autismo.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Cláudio Roberto; BOSA, Cleonice. **Autismo e educação-reflexões e propostas de intervenção**. Artmed Editora, 2016.
- BEZERRA, Tiago. Lopes. Educação Inclusiva e Autismo: a Educação Física como possibilidade educacional. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, v.12, n. 4, 2016.
- BOCCATO, Vera Regina Casari. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRITES, BRITES. **Mentes únicas**. 3 ed. São Paulo: ed. gente, 2019.
- CEBALOS, Najara Moreira et al. Atividade lúdica como meio de desenvolvimento infantil. **Revista EFDeportes**. Buenos Aires, n. 162, 2011.
- CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil, trabalhando a mediação pedagógica**. 3. Ed. Rio de Janeiro: editora wak,2019.
- CUNHA, Antônio Eugênio. **Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. 5. Ed - Rio de Janeiro: Wak editora, 2016.
- DE MEUR, Auguste et al. **Psicomotricidade: educação e reeducação: níveis maternal e infantil**. 1991.
- FELLIPE, A. G.; JUDITH, S. C. L. Abordagem da aprendizagem: educação física e inclusão do aluno autista. **Revista Lusófona de Educação**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: < <http://www.conpuf.com.br/antiores/2013/artigos/18.pdf> > Acesso em: 07 de out de 2021.
- FIORINI, Bianca Sampaio. **O Aluno com transtorno do espectro do autismo na educação infantil: caracterização da rotina escolar**. Marília, 2017. Dissertação. Universidade Estadual Paulista.
- GALVÃO, George Lucas da Silva; DOS SANTOS, Ana Raquel Mendes. **A importância do exercício físico na melhoria da qualidade de vida da criança com transtorno do espectro do autismo**. 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, Amanda Pilosio et al. Transtornos do espectro do autismo e psicanálise: revisitando a literatura. **Tempo psicanalítico**, v. 49, n. 2, p. 152-181, 2017.
- GORGATTI, Márcia Greguol. **Educação física escolar e inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores**. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- GRANDINI, T. **O cérebro Autista**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- LABANCA, M. S. G.; Autismo e o professor de educação física. **Revista Sprint Body Science**. Nov/Dez. 2000.

LENZ, Jóici Crazieli; MAYER, Sandra Mara; BURGOS, Miria Suzana. **A inclusão dos portadores de necessidades especiais nas aulas de educação física: uma análise em escolas do município de vera cruz-rs.** 2012.

LOPES, Tânia Ramos. **A reinvenção da infância.** Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2015.

LOURENÇO, Carla Cristina Vieira; ESTEVES, Maria Dulce Leal; CORREDEIRA, Rui Manuel Nunes; TEIXEIRA E SEABRA, André Filipe. Avaliação dos Efeitos de Programas de Intervenção de Atividade Física em Indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo. **Rev. bras. educ. espec.** v.21, n. 2, 2015

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.]; **revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli.** [et al.]. – 5. Ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático.** 5 ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MORRISON, Heather; ROSCOE, Eileen; ATWELL, Amy. An evaluation of antecedent exercise on behavior maintained by automatic reinforcement using a three-component multiple schedules. **Journal of Applied Behavior Analysis**, V.44 (3), 523-541, 2018.

MOTA, Carol. **Autismo na educação Infantil: um olhar para a interação social e inclusão escolar.** 1 ed. Curitiba -Appris- editora, 2020.

NILSSON, I. Introdução à educação especial para pessoas com transtornos do espectro autista e dificuldades semelhantes de adaptação, **sd.** 2003.

NOGUEIRA, Tânia. Um novo olhar sobre o mundo oculto do autismo. **Revista Época.** São Paulo: Editora Globo, nº 473, p. 76-85. junho, 2017.

RICCO, Ana Claudia. **Efeitos da atividade física no autismo.** 2017. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física). Instituto de Biociências. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2017.

SALOMÃO, Hérica Aparecida Souza; MARTINI, Marilaine. **A importância do lúdico na educação infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado.** Disponível em: Acesso em: 07 out. 2021.

SALOMÃO, Hérica Aparecida Souza; MARTINI, Marilaine. **A importância do lúdico na educação infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado.** Portal dos psicólogos, 2007.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador.** 5 ed. Vozes, Petrópolis, 2002.

SAVAL, A. C. R., DIAS, M. Transtorno do Espectro Autista: do conceito ao processo terapêutico. São José/SC: FCEE, 2018. 152 p. Disponível em: file:///C:/Users/08143189678/Downloads/TEA_digital.pdf. Acesso em: 27 de agosto de 2020.

SCHEUER, C. Distúrbios da linguagem nos transtornos invasivos do desenvolvimento. In: Baptista CR, Bosa C, ed. **Autismo e Educação: Reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed; 2002.

SILVA, Edna Lúcia da.; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/ PPGEP/LED, 2000, 118 P.

SILVA, Elaine Carvalho; ORLANDO, Rosimeire Maria. A interface dança e autismo: o que nos revela a produção científica. **Revista Educação Especial**, v. 32, 2019.

STORINO, Francisco; CONTINI, Liliana; FESSIA, Gabriel; MANNI, Diego. Efectos de la aplicación de un programa de intervención educativa sobre las habilidades motoras gruesas em individuos con autismo. **MHSalud**, vol. 15, n. 1, 2018.

SUPLINO, Marise. **Currículo funcional natural**: guia prático para educação na área do autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Maceió: ASSISTA, 2005

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.